Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Lídia Machado Beito

Denúncias e denunciantes de maus-tratos na infância: uma revisão sistemática de literatura

Dezembro de 2024

Denúncias e denunciantes de maus-tratos na infância:
uma revisão sistemática de literatura

Lídia Machado Beito

UMinho | 2024

Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Lídia Machado Beito

Denúncias e denunciantes de maus-tratos na infância: uma revisão sistemática de literatura

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Psicologia da Educação

Trabalho realizado sob a orientação de

Professor Dr. João Arménio Lamego Lopes

Dezembro de 2024

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

Agradecimentos

Esta é a última página a ser escrita, mas foi sempre a primeira que ansiei redigir, pois este trabalho não é apenas fruto do meu esforço, mas também de todos os que me apoiaram e caminharam ao meu lado, desde que, ainda criança, afirmei que queria ser psicóloga.

Ao universo, agradeço as bênçãos proporcionadas diariamente. Isto é apenas o começo de um caminho abençoado pela frente.

Aos meus pais, agradeço o esforço e sacrifício que fazem para que eu possa estudar e alcançar o meu objetivo de ser psicóloga. Mãe, pai, obrigada por acreditarem em mim, incentivarem-me e serem o meu porto seguro. Jamais conseguirei expressar a minha gratidão de forma completa. Amo-vos muito.

Á minha família, agradeço por estarem sempre ao meu lado, nos momentos de alegria e nos momentos de dificuldade. Cada palavra de apoio foi fundamental para eu chegar até aqui, obrigada.

Agradeço ao meu orientador, professor Doutor João Arménio Lamego Lopes, pela paciência, orientação e auxílio ao longo de todo este processo. Obrigada pela confiança.

Agradeço á universidade do Minho e os seus docentes, pela aprendizagem de elevada qualidade e fazerem parte do meu caminho.

Por fim, e com enorme significado, dedico esta tese ao meu avô, António de Sousa Machado, que no ano passado partiu para o seu eterno descanso. Avô, consegui! Esta tese é para ti!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Lídia Machado Reis

Denúncias e denunciantes de maus-tratos na infância: uma revisão sistemática de literatura

Resumo

A literatura sobre denúncias de maus-tratos e fatores envolvidos na sua comprovação ou infirmação, é relativamente dispersa e equívoca. O presente estudo visa perceber quem apresenta denúncias de maus-tratos e analisar os fatores e circunstâncias que levam à confirmação da denúncia. Seguindo as diretrizes do modelo *PRISMA*, realizou-se uma revisão sistemática a partir da base de dados *Scopus*, no período entre 2014 e 2024. Foram selecionados 13 estudos para revisão. Os resultados revelaram que os profissionais de saúde, educação e assistentes sociais, são os que mais frequentemente denunciam e que características pessoais e fatores contextuais são os elementos que mais contribuem para a confirmação da denúncia. Além disso, os resultados sugerem a necessidade de melhorar a formação dos denunciantes obrigatórios e de desenvolver medidas que facilitem a denúncia e a confirmação de casos de maus-tratos. A compreensão destes padrões pode ajudar a aprimorar as estratégias de apoio e intervenção com as vítimas.

Palavras-chave: maus-tratos, confirmação, denúncia

Reports and reporters of child maltreatment: a systematic review

Abstract

The literature on maltreatment reports and the factors involved in their substantiation is fragmented and often unclear. This study aims to clarify who is most likely to report child maltreatment and to identify the key factors and circumstances leading to case substantiation. Following PRISMA guidelines, a systematic review was conducted using the Scopus database, covering publications from 2014 to 2024. Thirteen studies were selected for analysis. The findings reveal that healthcare professionals, educators, and social workers are the most frequent reporters, with personal characteristics and contextual factors playing a critical role in substantiating reports. Moreover, the study emphasizes the urgent need to improve mandatory reporters' training and implement measures to streamline the reporting process and enhance case confirmation. A deeper understanding of these patterns can substantially improve intervention and support strategies with the victims.

Keywords: maltreatment, substantiation, report

Índice

Introdução 8
Método 12
Resultados 13
Discussão 23
Limitações 27
Conclusão 27
Referências 28

Índice de Tabelas

Tabela 1. Caracterização dos estudos incluídos na revisão sistemática…… 16

Tabela 2. Avaliação da qualidade metodológica dos artigos incluídos na revisão sistemática…….. 21

Índice de Figuras

Figura 1. Fluxograma do processo da revisão sistemática…… 15

Introdução

Os maus-tratos são um fenómeno global que afeta milhões de crianças (Stoltenborgh et al., 2015). Neste contexto, representam um termo amplo que engloba várias formas de abuso, incluindo abuso sexual, psicológico, emocional e negligência (Ashoor, AlNasair, & Grant, 2012; Donisch & Briggs, 2021; Brunborg, Bjørknes, & Bang, 2024; Guivarch, 2024), sendo o abuso físico, o abuso sexual e a negligência os mais frequentemente confirmados (Dubowitz et al., 1993; Gilbert et al., 2009; Stoltenborgh et al., 2015; Rebbe, 2018; Lupariello et al., 2020). Estas ações têm um impacto profundo na saúde mental, física e no desenvolvimento geral das vítimas (Jaffee, 2007; Sperry & Widom, 2013).

Maus-tratos: denúncias e denunciantes

Uma das formas mais eficazes de interromper o ciclo de maus-tratos é através da denúncia. A confirmação das denúncias de maus-tratos permite a gestão eficaz de recursos e protege tanto as vítimas quanto os acusados de intervenções injustificadas. Diversos estudos mostram que a confirmação das denúncias ajuda a diferenciar situações verídicas de maus-tratos de alegações infundadas, garantindo uma intervenção apropriada e baseada em provas (Fluke et al., 2008; Cross & Casanueva, 2009; Palusci, Vandervort, & Lewis, 2016).

Confirmar uma denúncia é fundamental para determinar a legitimidade das alegações e se a vítima necessita de proteção e serviços de apoio, como aconselhamento psicológico (Baron, Goldstein, & Wallace, 2020). Um estudo recente revelou que, em média, 20,7% dos casos encaminhados para o sistema de proteção de crianças nos Estados Unidos foram confirmados, com essa percentagem a variar entre 5% e 45% dependendo do estado, o que indica que as políticas de cada estado em relação aos maus-tratos têm um impacto considerável na confirmação das alegações (LaBrenz et al., 2023). No entanto, Palusci, Vandervort e Lewis (2016) sugerem que, embora mais casos de maus-tratos sejam comunicados, nem todos são confirmados. O estudo indicou que, apesar do aumento nas taxas de notificação em conselhos com requisitos universais de denúncia, as taxas de confirmação de maus-tratos diminuíram, o que sugere que um número significativo de casos denunciados não atende aos critérios para confirmação.

Rebbe et al. (2021) e Piersiak, Levi e Humphreys (2023) abordam diferentes aspetos das denúncias de abuso, ressaltando como as características das denúncias

influenciam as taxas de confirmação e o tratamento dos casos. Rebe et al. (2021) revelaram, igualmente, que denúncias de violência entre parceiros íntimos apresentam uma maior taxa de confirmação em comparação com denúncias de outros tipos de abuso que não incluem este tipo de violência. Além disso, uma maior percentagem destas denúncias provém de fontes legais, como a polícia, o que pode influenciar a seriedade com que são tratadas. Piersiak, Levi e Humphreys (2023) concluíram que o uso do termo 'suspeita', em vez de 'crença', como critério mínimo para relatórios obrigatórios, está associado a taxas mais elevadas de encaminhamentos realizados e monitorizados, mas a taxas mais baixas de confirmação. Por outras palavras, a análise revela que os dois limites legais para notificação obrigatória, 'crença' e 'suspeita', diferem significativamente nas taxas de relato de possíveis abusos infantis, assim como nas probabilidades de essas denúncias serem analisadas e confirmadas. Estas diferenças influenciam a eficácia das intervenções e o auxílio prestado às vítimas.

De La Sablonnière-Griffin et al. (2021) mencionam que a deficiência intelectual está associada a uma menor probabilidade de investigação ou confirmação de maus-tratos psicológicos. Em contraste, Lightfoot, Zheng e DeZelar (2021) relataram que pais com determinadas condições, como distúrbios emocionais ou deficiências, têm uma maior probabilidade de que as denúncias de maus-tratos infantis sejam confirmadas, em comparação aos pais sem deficiência. Fatores como sexo e idade da criança também influenciam as decisões sobre confirmação (Cross & Casanueva, 2009), reforçando a complexidade das dinâmicas envolvidas. Vários outros estudos (e.g. Palusci, Vandervort & Lewis, 2016; Kim, Drake, & Jonson-Reid, 2018; Yoo et al., 2018) corroboram estas informações, destacando a importância de fatores de risco como deficiência, pobreza e vulnerabilidades familiares na fundamentação e confirmação de denúncias de maus-tratos infantis.

Um estudo realizado na Noruega (Åstrøm, Berge, & Brattabø, 2021) revelou que 58% dos participantes confirmaram ter relatado casos de maus-tratos, refletindo a confirmação de denúncias. Além disso, a experiência dos profissionais e a localização geográfica influenciam as decisões sobre denúncias. Golden, Zhang e Simmel (2023) consideram que a confirmação das denúncias não depende apenas da gravidade da situação, mas também de fatores estruturais, como a composição étnica da comunidade. Por exemplo, áreas rurais apresentaram taxas mais altas de maus-tratos, mas a maior densidade étnica pode reduzir essas taxas em certos tipos de abusos.

A pandemia de COVID-19 também parece ter tido um impacto significativo no sistema de bem-estar infantil nos Estados Unidos, resultando numa redução drástica no número de denúncias de maus-tratos (Baron, Goldstein, & Wallace, 2020; Rapoport et al., 2021). Durante o período inicial da pandemia, em 2020, o número de relatórios de maus-tratos examinados pelos serviços de proteção à criança (CPS) diminuiu 39% em comparação com o mesmo período em 2019. No entanto, apesar dessa diminuição, a proporção de casos investigados e confirmados aumentou de 18% para 22% (Shusterman et al., 2022).

As taxas de denúncias e confirmação de maus-tratos diminuíram durante períodos de fecho das escolas, evidenciando a dificuldade em detetar casos quando a interação com crianças é limitada (Cabrera-Hernández & Padilla-Romo, 2020; Puls et al., 2021). Shusterman et al. (2022) revelaram que relatórios de profissionais da educação, que tradicionalmente representam uma proporção significativa das denúncias, caíram 90%, enquanto as denúncias de fontes legais, como a polícia, tiveram a menor redução (12%), durante este período. Além disso, a taxa de fundamentação variou conforme a origem do relatório, com as denúncias policiais mostrando a maior taxa de confirmação (34%). A análise do impacto da pandemia nas práticas de denúncia e fundamentação foi importante para informar políticas e aprimorar a proteção infantil em cenários de emergência (Shusterman et al., 2022).

Segundo Piersiak, Levi e Humphreys (2023), as taxas de notificação não são uniformes, pois variam conforme as circunstâncias e as pessoas envolvidas, como, por exemplo, as crenças do denunciante sobre abuso e suas próprias experiências. No entanto, a literatura indica que o público em geral hesita em intervir em situações suspeitas de abuso, tanto nos casos em que conhece as crianças, como naqueles em que não conhece (Wolf, Baiocchi & Argüello, 2018). Em diversos países, como os Estados Unidos, Brasil, Canadá e Austrália, profissionais da educação e da saúde, têm a responsabilidade legal de relatar suspeitas às autoridades competentes (Mathews & Kenny, 2008; Fraser et al., 2010; Silva-Oliveira et al., 2020). Porém, diversas barreiras parecem impedir a denúncia. Segundo Butlinski e Butt (2024), 32% dos médicos acreditam não ter formação suficiente para identificar uma vítima de maus-tratos. Já 51%, sentem que não têm a preparação necessária para fazer uma denúncia formal desses maus-tratos às autoridades competentes.

Um estudo sobre os fatores que impedem a denúncia de maus-tratos infantis, entre enfermeiras, identificou crenças e atitudes comuns que influenciam esse processo,

como a falta de confiança no sistema de proteção à criança, a perceção de diversas barreiras organizacionais e pessoais para fazer a denúncia, e a desconfiança de que a denúncia realmente ajudará a criança e a família (Fraser et al., 2010). Soh et al. (2023) afirmam que os profissionais enfrentam desafios, sendo a limitação de tempo a barreira mais significativa para a notificação, seguido pela falta de formação para identificar maus-tratos. Outros estudos também destacam estas e outras questões relacionadas, incluindo ausência de contacto contínuo com a família e de acompanhamento dos casos relatados e atributos psicológicos, como crenças (e.g., Alrimawi, Saifan, & AbuRuz, 2014; Tiyyagura et al., 2015; Wilson & Lee, 2021; Dynes, Rasiah, & Knox, 2023; Price & Kehn, 2023).

Profissionais de saúde, como médicos e enfermeiros, estão frequentemente na linha da frente para identificar sinais de abuso ou negligência, durante consultas e exames, tornando a negligência um dos tipos de maus-tratos mais confirmados (Gilbert et al., 2009; Kellogg, Farst, & Adams, 2023). Além destes profissionais, os professores também desempenham um papel fundamental na denúncia de maus-tratos, devido ao contacto diário com as crianças e adolescentes. Mathews (2014) analisando as leis de denúncia obrigatória, frisa como a interação destes profissionais com as vítimas lhes permite identificar sinais físicos e comportamentais de maus-tratos.

Familiares, amigos e vizinhos são também importantes na identificação de sinais de abuso em ambientes domésticos e comunitários, especialmente se tiverem uma proximidade significativa com a família (Wolf, Baiocchi, & Argüello, 2018). Diversos estudos (e.g., Fledderjohann & Johnson, 2012; Wolf, Baiocchi, & Argüello, 2018) sugerem que a confiança mútua e união dentro de uma comunidade estão relacionadas com uma maior predisposição das pessoas a intervir e denunciar casos de abuso ou negligência. Em comunidades com altos níveis de coesão, os indivíduos tendem a trabalhar juntos para proteger as crianças e intervir em situações de risco, principalmente se um espectador (ou seja, alguém que observa ou conhece uma situação de abuso) vê semelhanças entre ele mesmo e a vítima (Hoefnagels & Zwikker, 2001; Wolf, Baiocchi, & Argüello, 2018).

Segundo Korbin e Coulton (1996), a proximidade social pode ser um dos fatores determinantes na deteção precoce de maus-tratos, uma vez que estas testemunhas têm uma visão mais detalhada e pessoal das dinâmicas familiares e comportamentais. A presença e o envolvimento próximo destes indivíduos são pois importantes para identificar e relatar abusos que podem passar despercebidos a outros profissionais.

Objetivos do Estudo

O presente estudo, desenvolvido em torno da questão das denúncias de maus-tratos, tem como objetivo responder a duas questões principais:

1.Quem apresenta, usualmente, queixas de maus-tratos?

2.Que fatores ou circunstâncias contribuem para a confirmação das denúncias de maus-tratos?

Método

O estudo foi realizado através de uma revisão sistemática, cobrindo o período de 2014-2024. Foi utilizada a seguinte equação de busca, na base de dados SCOPUS: "*child maltreatment*" AND "*substantiation*" OR "*report*".

Critérios de inclusão e exclusão do estudo

Foram considerados os seguintes critérios de inclusão: (1) Estudos quantitativos, qualitativos, mistos, observacionais e transversais, que abordam denúncias de maus-tratos; (2) estudos que envolvem tanto indivíduos que fazem denúncias de maus-tratos, quanto as vítimas de maus-tratos. Inclui todos os grupos etários, gêneros e contextos socioeconômicos; (3) estudos que envolvem todos os tipos de maus-tratos (emocional, sexual, físico, negligência); (4) estudos publicados nos últimos 10 anos (2014-2024); (5) estudos publicados em inglês. Excluíram-se os artigos que: (1) não se encontram relacionados com a temática; estudos de opinião, teses, meta-análises e revisões sistemáticas; (2) não se concentram na denúncia de maus-tratos ou que não abordam especificamente vítimas de maus-tratos; (3) estudos publicados antes do período definido; (4) estudos publicados noutras línguas.

Seleção dos estudos e extração dos dados

Conforme o fluxograma (fig. 1), dos 163 estudos obtidos na base de dados, 71 foram identificados como aptos para a revisão da literatura. De acordo com a Declaração de Itens Preferenciais para Revisões Sistemáticas e Meta-Análises (PRISMA) (Liberati et al., 2009), o processo de seleção do estudo foi dividido em três fases: (1) Triagem inicial: identificação de títulos e resumos relevantes para o estudo. Títulos não relacionados foram imediatamente excluídos; (2) Elegibilidade: os artigos que passaram na triagem inicial foram avaliados quanto à conformidade com os critérios

de inclusão e exclusão; (3) Extração de dados: foram selecionados os dados relevantes dos artigos selecionados para inclusão na revisão, com elaboração de um fluxograma segundo o modelo PRISMA.

Foram identificados 163 artigos na base de dados SCOPUS. Em seguida, foram selecionados 71 estudos com base em critérios específicos de inclusão, como a restrição pela área da psicologia, a linha temporal e o uso da língua inglesa; dos quais apenas 30 foram incluídos no estudo. Destes, 14 foram excluídos (doze não se relacionavam com o tema, uma era uma revisão de literatura e um era um livro seminal na área). Dos 16 artigos restantes, 13 foram considerados para análise. Todos estes estudos foram sujeitos a uma leitura completa dos textos.

Resultados

Dos 13 estudos selecionados, foram extraídas informações para a caracterização dos estudos em relação ao autor; ano de publicação; país de origem; objetivo/tipo de estudo; práticas/instrumentos e método utilizado (tabela 1). A maioria dos estudos, especificamente nove, foi realizada nos Estados Unidos (e.g., Krase & DeLong-Hamilton, 2015; Rebbe, Mienko, & Martinson, 2022; LaBrenz et al., 2023), enquanto os restantes foram conduzidos em Israel (Jedwab et al., 2015), Canadá (Cheung et al., 2020), Dinamarca (Milidou et al., 2023) e Noruega (Vollmer-Sandholm et al., 2024). A maioria dos estudos desta revisão foram publicados no ano de 2023 (*n*=3) (LaBrenz et al., 2023; Milidou et al., 2023; Snyder-Fickler et al., 2023) e 2024 (*n*=3) (Gandarilla et al., 2024; Saitadze & Dvalishvili., 2024; Vollmer-Sandholm et al., 2024).

A negligência infantil é frequentemente reconhecida como a forma mais prevalente de maus-tratos em vários estudos, incluindo os de Jedwab et al. (2015), Krase e DeLong-Hamilton (2015), e Saitadze e Dvalishvili (2024), sugerindo que este é um padrão consistente em diferentes contextos. No entanto, este padrão é contrariado por Rebbe, Mienko e Martinson (2022).

O papel dos denunciantes profissionais, como assistentes sociais e profissionais de saúde e educação, é amplamente reconhecido, com a maioria das denúncias provenientes destes grupos (e.g., Krase & DeLong-Hamilton, 2015; Snyder-Fickler et al., 2023; Gandarilla et al., 2024). Em contrapartida, em áreas rurais, as denúncias feitas por não profissionais foram mais frequentes (Maguire-Jack & Kim, 2021).

Adicionalmente, fatores como histórico de maus-tratos, condições de saúde complexas e problemas de saúde mental dos pais aumentam a probabilidade de novos

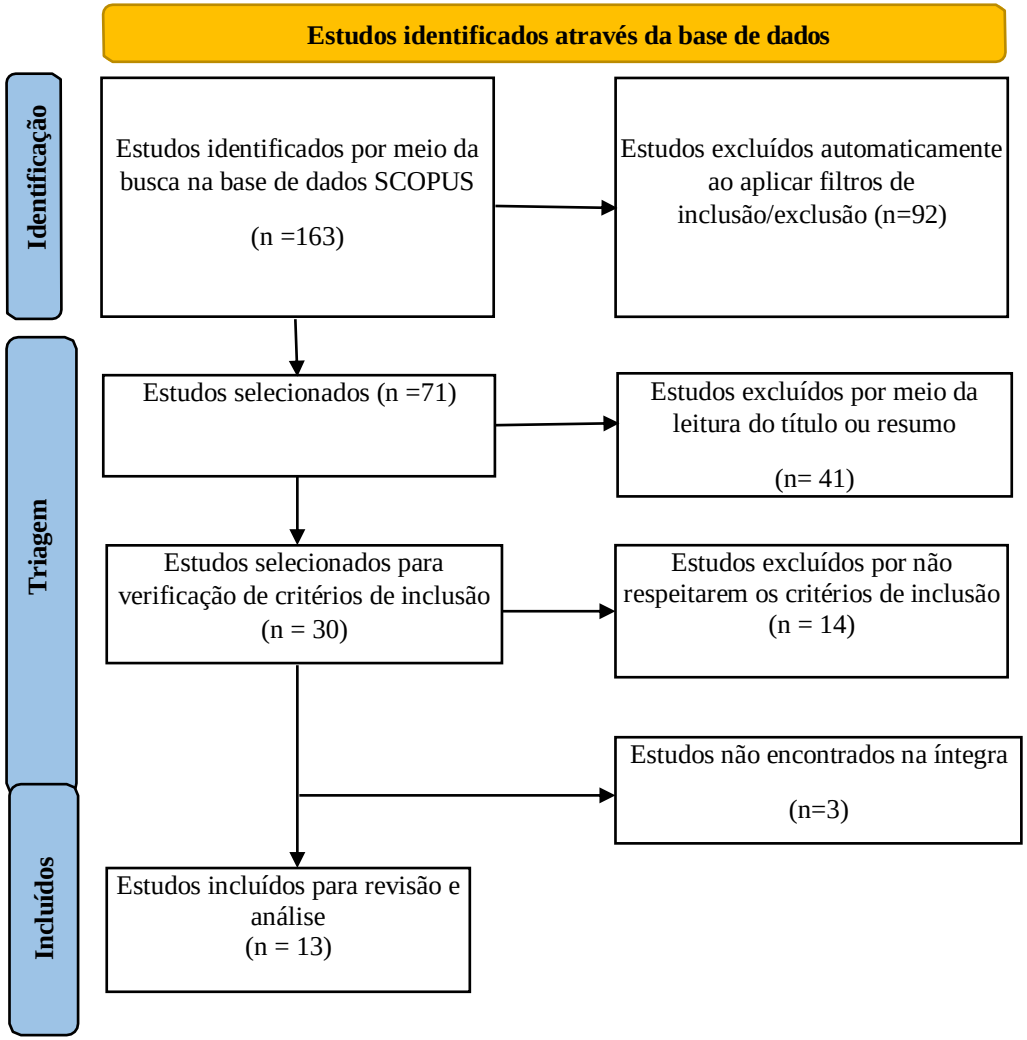
relatos de maus-tratos, conforme evidenciado pela maioria dos estudos (e.g., Jedwab et al., 2015; Bartlett et al., 2017; Helton & House, 2019; Snyder-Fickler et al., 2023).

Para avaliar a qualidade metodológica e o risco de viés dos estudos incluídos nesta revisão sistemática, foi utilizada a ferramenta Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT; Hong et al., 2018). O MMAT é uma ferramenta que avalia a qualidade metodológica de estudos de diferentes naturezas, que envolvem métodos qualitativos, quantitativos e mistos, consistindo em duas perguntas iniciais de triagem e cinco critérios específicos para avaliar a metodologia de cada tipo de estudo. Para cada critério, as opções de resposta são 'Sim', 'Não' ou 'Sem informação'. Com base nas respostas, é possível calcular um índice de qualidade, que varia de 20% a 100%, refletindo a percentagem de critérios atendidos. Assim, estudos com boa qualidade metodológica têm menor probabilidade de apresentar viés, enquanto estudos com qualidade metodológica inferior tendem a ter um risco mais alto de viés. Maioritariamente, os estudos incluídos nesta revisão adotam uma metodologia quantitativa (*n*=11) (e.g., Cheung et al., 2020; Rebbe, Mienko & Martinson., 2022; Gandarilla et al., 2024), enquanto os restantes estudos utilizam uma metodologia mista (*n*=2) (Snyder-Fickler et al., 2023; Vollmer-Sandholm et al., 2024).

A aplicação da ferramenta MMAT nesta revisão, revelou que sete estudos atenderam a 100% dos critérios de qualidade (e.g., Krase & DeLong-Hamilton., 2015; Helton & House., 2019; Gandarilla et al., 2024), cinco estudos atenderam a 80% dos critérios de qualidade (e.g., Jedwab et al., 2015; Saitadze & Dvalishvili., 2024) e um estudo atendeu a 60% dos critérios de qualidade (Bartlett et al., 2017), conforme apresentado na Tabela 2. Nos estudos com metodologia quantitativa, o critério que levou a um indicador de qualidade geral mais reduzido foi o risco de viés de "não resposta" (questão número quatro). Em relação aos estudos com métodos mistos, o critério que levou a um indicador de qualidade geral mais reduzido foi também o risco de viés de "não resposta" (questão número quatro) e a incapacidade de determinar se as divergências e inconsistências entre resultados quantitativos e qualitativos foram adequadamente tratadas (questão número quatro).

Figura 1

Fluxograma do processo da revisão sistemática



Nota: Adaptado de Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., … Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. Journal of Clinical Epidemiology, 134, 178–189. https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2021.03.0

Tabela 1
Caracterização dos estudos incluídos na revisão sistemática (n=13)

Autores/Ano	País	Objetivo/tipo de estudo	Práticas/Instrumentos	Principais resultados
Jedwab et al (2015)	Israel	Avaliar as características de crianças e famílias associadas às decisões *dos Child Protection Officers* (CPOs) sobre a fundamentação de maus-tratos Estudo Quantitativo/ observacional	Foram obtidos dados de todos os casos notificados pelos *Child Protection Teams* (CPTs) aos CPOs. Utilizaram-se questionários estruturados para os CPTs e entrevistas para os CPOs, com foco nas características das crianças e das suas famílias. As análises incluíram estatísticas descritivas, testes qui-quadrado e regressão logística multivariada no SPSS 17	53,5% dos casos foram comprovados. Os denunciantes incluem profissionais de saúde. Problemas de saúde dos pais; dependência de substâncias e contacto prévio com os serviços sociais aumentaram as probabilidades de fundamentação
Krase e DeLong-Hamilton (2015)	EUA	Investigar as diferenças nas características e resultados dos relatórios de maus-tratos infantis entre estados com e sem lei de denúncia obrigatória Estudo Quantitativo	Foram analisados dados do *National Child Abuse and Neglect Data System* (NCANDS), calculando a taxa de denúncias por estado e classificando fontes como obrigatórias ou não. Criaram-se variáveis para diferentes formas de abuso	60% dos relatos de maus-tratos são feitos por profissionais, como agentes da lei e educadores. Em estados com denúncia obrigatória, a proporção de denúncias feitas por educadores diminuiu.
Bartlett et al (2017)	EUA	Investigar a transmissão entre gerações de maus-tratos infantis entre mães jovens, identificando como o histórico de abuso materno aumenta o risco de maus-tratos nas crianças Estudo Quantitativo	Avaliou-se o programa *Healthy Families Massachusetts*, com amostra de 837 mães divididas em grupos de apoio e controlo. A relação entre maus-tratos maternos e os filhos foi analisada via entrevistas telefónicas e dados administrativos, usando regressão logística no Stata 14.0	53,5% das mães relataram maus-tratos na infância, com a maioria dos relatos fundamentados. Mães que sofreram negligência na infância têm 63% mais probabilidade de que os seus filhos tenham uma denúncia de negligência confirmada
Helton e House (2019)	EUA	Analisar o tempo até a reinvestigação de crianças por maus-tratos e os fatores de risco para nova notificação fundamentada em crianças com	Foram utilizados dados dos conjuntos NSCAW II e NCANDS, com informações obtidas por questionários sobre características da criança,	Denunciantes de maus-tratos são profissionais de saúde e assistentes sociais. Famílias

		características específicas Estudo Quantitativo/ observacional	saúde, rendimento familiar e histórico de uso de substâncias pelos cuidadores. Utilizou-se a regressão de Cox para identificar fatores de risco em novas investigações de maus-tratos, analisadas no STATA 13	com apoio social e histórico de investigações, além de crianças com problemas comportamentais e condições crónicas, têm maior risco de novos relatos
Cheung et al (2020)	Canadá	Investigar como os relatos anteriores de maus-tratos infantis estão relacionados com o aumento de maus-tratos comprovados atuais e com o comprometimento funcional da criança Estudo Quantitativo /Transversal	A amostra foi obtida usando um questionário padrão, preenchido pelo CPS. Foram feitas análises estatísticas, incluindo regressão linear, para entender como o histórico de maus-tratos está relacionado com os problemas funcionais das crianças, ajustando para fatores como idade e sexo.	Crianças com relatos anteriores de maus-tratos têm maior probabilidade de novos relatos confirmados. Relatos não comprovados aumentam a probabilidade de novas confirmações, enquanto relatos comprovados estão associados a menores probabilidades de abuso físico em novos casos
Maguire-Jack e Kim (2021)	EUA	Analisar as diferenças ao longo do tempo nos relatórios de maus-tratos infantis encaminhados para investigação em áreas urbanas e rurais Estudo quantitativo/ Observacional	Foram utilizados dados do NCANDS para calcular e comparar taxas anuais entre grupos, considerando cada criança uma vez por ano. O estudo analisou as fontes dos relatórios (profissionais vs não profissionais) e os seus resultados. Dados demográficos foram obtidos do censo e da *American Community Survey*, com interpolação linear para períodos sem dados.	Nas áreas rurais, uma percentagem maior das denúncias foram feitas por "não profissionais". Denúncias feitas por profissionais têm maior probabilidade de serem confirmadas. Acessibilidade de serviços sociais e a perceção pública das autoridades influenciam a confirmação das denúncias.
Rebbe, Mienko e Martinson (2022)	EUA	Examinar a resposta inicial e os fatores que influenciam a intervenção do CPS após hospitalizações por maus-tratos infantis Estudo Quantitativo/	Foi usada vinculação de dados para conectar registos de nascimento, altas hospitalares e informações do CPS. As respostas do CPS foram classificadas em três categorias: sem relatório	Diagnósticos específicos e tipos graves de maus-tratos aumentam a probabilidade de relatórios ao CPS e remoção

		Observacional	ou remoção; relatório durante a hospitalização e remoção relacionada à hospitalização. Códigos ICD-9 específicos foram utilizados para identificar hospitalizações sugerindo maus-tratos. A regressão logística multinomial foi aplicada para examinar a influência de fatores sociodemográficos nas respostas do CPS	da criança de casa, enquanto casos de negligência e diagnósticos sugestivos levam a menos intervenções do CPS.
LaBrenz et al (2023)	EUA	Examinar as políticas estaduais relacionadas a definições de maus-tratos infantis e ao processo de tomada de decisão no contexto dos encaminhamentos ao CPS Estudo Quantitativo/ Transversal	Foram analisados dados do NCANDS e *SCAN Policies Database* sobre a fundamentação de maus-tratos infantis. A amostra incluiu estados com sistemas de bem-estar infantil estaduais. Foram examinadas as alegações, características das crianças (idade, sexo, etnia, histórico de vitimização) e políticas estaduais. A análise foi feita com modelos multiníveis	Fatores como a idade da criança, sexo, etnia, histórico de maus-tratos, número de tipos de maus-tratos denunciados e políticas estatais influenciam a taxa de fundamentação de maus-tratos pelos serviços de proteção à criança.
Milidou et al (2023)	Dinamarca	Explorar como médicos de família lidam com suspeitas de maus-tratos infantis e as diferenças demográficas e geográficas nas práticas de notificação Estudo Quantitativo/ Transversal	Foi utilizado um questionário adaptado sobre a experiência de médicos de família com suspeitas de maus-tratos infantis. Questionários válidos foram processados no software Stata16. Características demográficas foram descritas em percentagens (variáveis categóricas) e em média/mediana (variáveis numéricas). O teste qui-quadrado foi usado para variáveis categóricas e o teste de Kruskal-Wallis para variáveis numéricas	90% dos médicos de clínica geral suspeitaram de maus-tratos infantis, mas apenas 20% confirmaram a ocorrência nos últimos seis meses. Um terço desses médicos não fez o relatório (obrigatório), apesar das suspeitas
Snyder-Fickler et al (2023)	EUA	Examinar relatórios de serviços sociais sobre maus-tratos infantis e os fatores associados, incluindo subtipos de abuso e fatores contributivos e protetores Estudo misto	Foi elaborada uma codificação qualitativa dos relatórios de admissões de serviços sociais, com um processo iterativo para criar subcódigos específicos de cada tipo de maus-tratos infantil. Foi utilizado um formulário estruturado	Assistentes sociais e profissionais de educação são os principais denunciantes de maus-tratos infantis, com maior taxa de notificação que

			para categorizar os dados. A análise estatística foi realizada utilizando o software Stata 17.0, permitindo a comparação dos tipos de maus-tratos e fatores relacionados entre os relatórios aceitos e excluídos	denunciantes não profissionais. Fatores como uso de drogas pelos cuidadores, inadequação das necessidades básicas e idade da criança foram mencionados nas denúncias
Gandarilla et al (2024)	EUA	Analisar se a fonte do relatório inicial prevê o risco de novas denúncias, confirmação e acolhimento da criança, tanto no primeiro relatório quanto em denúncias futuras Estudo Quantitativo/observacional	Foram usados dados do banco RAPIDS, que integra informações do NCANDS e AFCARS. Modelos de regressão logística foram aplicados para analisar como variáveis influenciam os resultados dos relatórios (confirmação de abuso, acolhimento, novos relatos). Cinco modelos principais foram usados, ajustando as análises para características da criança, do abuso e dos estados	Denúncias de maus-tratos infantis foram feitas por profissionais, com o pessoal jurídico (19,11%), educacional (14,43%) e médico (10,70%) como os principais denunciantes. As denúncias de profissionais tiveram uma taxa de confirmação de 27,9%, superior aos 13,7% dos não profissionais
Saitadze e Dvalishvili (2024)	EUA	Analisar como o apoio social informal e a participação em programas de educação infantil mediam os efeitos do relatório inicial de negligência infantil nas denúncias subsequentes de maus-tratos infantis Estudo Quantitativo	Foi utilizada uma Modelagem de Equações Estruturais (SEM) para analisar as relações complexas entre as variáveis. A análise incluiu testes bivariados, como correlações e testes de qui-quadrado. Foi utilizado o questionário de apoio social informal, para avaliar o apoio social percebido pelas mães.	Apoio social informal reduz as probabilidades de novos casos de maus-tratos, enquanto programas de educação infantil não tiveram impacto significativo. Após 36 meses, 26,74% das crianças tiveram novos relatos de maus-tratos, com a pobreza e o apoio social das mães como fatores influentes
Vollmer-	Noruega	Analisar os fatores que	A colheita de dados foi	Profissionais de

Sandholm et al (2024)	influenciam a decisão dos profissionais de saúde de denunciar ou não maus-tratos infantis ao CPS ou às autoridades policiais Estudo misto	feita por seminários, onde profissionais de saúde preencheram questionários sobre cenários hipotéticos de maus-tratos, barreiras, desafios, conhecimento e experiência. Seis vignettes (cenários) foram usadas para avaliar suspeita de maus-tratos, necessidade de avaliação, confiança e disposição para reportar. Respostas abertas foram analisadas qualitativamente, enquanto os questionários foram processados quantitativamente.	saúde reconhecem sinais de maus-tratos infantis, mas hesitam em denunciá-los devido a preocupações sobre consequências e falta de confiança nas suas habilidades. Estão mais dispostos a relatar abuso sexual quando os cuidadores não são suspeitos, mas hesitam em denunciar abuso físico, mesmo com evidências claras

Tabela 2

Avaliação da qualidade metodológica dos artigos incluídos na revisão sistemática

Referência (Autor, Ano)	Triagem[1]		Qualitativo[2]					Quantitativo Descritivo[3]					Métodos Mistos[4]					Índice de qualidade[5]
	Q1	Q2	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	
Vollmer-Sandholm et al (2024)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sem informação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	****
Saitadze e Dvalishvili (2024)	Sim	Sim						Sim	Sim	Sim	Sem informação	Sim						****
Gandarilla et al (2024)	Sim	Sim						Sim	Sim	Sim	Sim	Sim						*****
Snyder-Fickler et al (2023)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sem informação	Sim	****
Milidou et al (2023)	Sim	Sim						Sim	Sim	Sim	Não	Sim						****
LaBrenz et al (2023)	Sim	Sim						Sim	Sim	Sim	Sim	Sim						*****
Rebbe, Mienko e Martinson (2022)	Sim	Sim						Sim	Sim	Sim	Sim	Sim						*****
Maguire-Jack e Kim (2021)	Sim	Sim						Sim	Sim	Sim	Sim	Sim						*****
Cheung et al (2020)	Sim	Sim						Sim	Sim	Sim	Sim	Sim						*****
Helton e House (2019)	Sim	Sim						Sim	Sim	Sim	Sim	Sim						*****
Bartlett et al (2017)	Sim	Sim						Sim	Não	Sim	Não	Sim						***
Krase e DeLong-Hamilton (2015)	Sim	Sim						Sim	Sim	Sim	Sim	Sim						*****
Jedwab et al (2015)	Sim	Sim						Sim	Sim	Sim	Sem informação	Sim						****

Nota:

1Questões de triagem. Q1 =As questões de investigação são claras? Q2 =Os dados recolhidos permitem abordar a questão de investigação?**2Qualitativo.** Q1 =A abordagem qualitativa é adequada para responder à questão de investigação? Q2 =O método de recolha de dados qualitativos é adequado para abordar a questão de investigação? Q3 =Os resultados derivam adequadamente dos dados? Q4 = A interpretação dos resultados é suficientemente fundamentada pelos dados?Q5 = Existe coerência entre a fonte dos dados qualitativos, recolha, análise e interpretação?

3Quantitativo. Q1 = A estratégia de amostragem é relevante para abordar a questão de investigação? Q2 = A amostra é representativa da população alvo? Q3 = As medidas são apropriadas? Q4 = O risco de viés de "não resposta" é baixo? Q5 = A análise estatística é apropriada para responder à questão de investigação?

4Métodos Mistos. Q1 = Existe uma justificação adequada para usar um Desenho de métodos mistos para abordar a questão de investigação?Q2 = As duas componentes do estudo estão efetivamente integradas para responder à questão de investigação? Q3 = Os resultados da integração das componentes qualitativas e quantitativa são interpretados adequadamente? Q4 = As divergências e inconsistências entre resultados quantitativos e qualitativos são adequadamente tratadas? As diferentes componentes do estudo seguem os critérios de qualidade de cada tradição dos métodos envolvidos?

5Índice de qualidade. *= 20% dos critérios de qualidade cumpridos; ** =40% dos critérios de qualidade cumpridos; *** = 60% dos critérios de qualidade cumpridos; **** = 80% dos critérios de qualidade cumpridos; ***** = 100% dos critérios de qualidade cumpridos.

Discussão

Esta revisão sistemática teve como objetivo responder a duas questões de investigação: (1) Quem apresenta, usualmente, queixas de maus-tratos e (2) que fatores ou circunstâncias contribuem para a confirmação das denúncias de maus-tratos?

No que concerne à primeira questão, os resultados apontam para um papel central dos profissionais de saúde e educação na denúncia de maus-tratos infantis. Na literatura, estes grupos também são frequentemente identificados como os principais denunciantes (Gilbert et al., 2009; Raissian et al., 2014; Atiqul Haque et al., 2019; Weegar & Romano, 2019; Mathews, 2014; Kellogg, Farst, & Adams, 2023; Kuruppu et al., 2023; Silva Lorente & Escribano Barreno, 2024). No entanto, a contribuição significativa dos denunciantes não obrigatórios, conforme apontado por Yoo et al. (2018) e Spilsbury et al. (2022), desafia a noção convencional de que os profissionais têm a responsabilidade primária neste aspeto. Fatores como confiança mútua e um ambiente social de apoio podem incentivar as denúncias, enquanto a falta de coesão social pode desestimular (Mathews & Kenny., 2008). Se os relatos de maus-tratos são, em muitos casos, originados por vizinhos (Spilsbury et al., 2022), isto pode indicar que fatores contextuais, nomeadamente, as características do bairro e as relações sociais interferem nas denúncias (Coulton, Korbin & Su., 1999). Isto destaca a necessidade de cultivar relações comunitárias fortes que estimulem a atenção e a ação quando necessário. No entanto, também levanta questões sobre a eficácia e a precisão das denúncias feitas por indivíduos sem formação profissional. É crucial integrar os denunciantes não obrigatórios na discussão sobre proteção infantil, reconhecendo as suas contribuições únicas.

Embora o papel dos profissionais obrigatórios na denúncia seja esperado, devido ao contacto diário com crianças, o que facilita a observação de sinais de maus-tratos (Finkelhor et al., 2013; Pasian et al., 2013; Silva Lorente & Escribano Barreno, 2024), e á obrigação legal de reportar suspeitas, aumentando o número de notificações e promovendo a segurança infantil (Pasian et al., 2013; Lynne et al., 2015), um resultado do nosso estudo (Krase & DeLong-Hamilton, 2015) indica que a obrigatoriedade nem sempre eleva a atividade de denúncia, pois muitos profissionais hesitam em agir. Esta hesitação pode ser atribuída a fatores como desconfiança na própria avaliação, receio de denúncias falsas (Finkelhor et al., 2013), incerteza sobre a gravidade dos casos (Weegar & Romano, 2019), medo de consequências negativas (Ashoor, AlNasir, & Grant, 2012;

Brunborg, Bjørknes & Bang, 2024) e formação insuficiente (Fraser et al., 2010; Soh et al., 2023; Butlinski & Butt, 2024). Além disso, conceitos ambíguos, como negligência, dificultam a avaliação e podem gerar incerteza (Falkiner, Thomson, & Day, 2017), tal como a falta de conhecimento sobre os protocolos de denúncia obrigatória, como apontado por Lynne et al. (2015). Neste sentido, uma abordagem mais eficaz deve incluir não apenas a obrigação legal, mas também uma formação mais robusta e maior clareza nos protocolos de denúncia (Arruabarrena & De Paúl, 2012; Benbenishty et al., 2015). Saliente-se que, embora a literatura enfatize a atuação dos profissionais de saúde na identificação e denúncia de maus-tratos, alguns estudos da nossa revisão (e.g. Jedwab et al., 2015; Helton & House, 2019; Snyder-Fickler et al., 2023), sugerem que assistentes sociais desempenham um papel igualmente relevante neste processo.

Em relação à segunda questão, a implementação de um sistema de denunciantes obrigatórios levou a um aumento no número de casos confirmados (Mathews, 2014), uma vez que estes podem auxiliar na identificação de casos de maus-tratos. A literatura destaca que denúncias feitas por profissionais apresentam maior probabilidade de confirmação em comparação às realizadas por não obrigatórios (Bae, Solomon, & Gelles, 2007; Foster et al., 2010; Dettlaff et al., 2011; Stoddart et al., 2018). Além disso, estudos indicam que denúncias envolvendo crianças mais novas tendem a ser mais confirmadas (Bae, Solomon, & Gelles, 2007; Fluke et al., 2008; Yoo et al., 2018). Embora a razão não seja totalmente esclarecida, uma possível explicação seria a maior vigilância e intervenção dirigidas a crianças mais novas, bem como um nível de preocupação mais elevado com esta faixa etária (Fluke et al., 2008). Contudo, pelo menos um estudo da nossa revisão (Jedwab et al., 2015) sugere que denúncias envolvendo crianças mais jovens podem ter menor probabilidade de confirmação. Esses resultados apontam para a necessidade de mais pesquisas que investiguem a influência da idade das vítimas na confirmação de denúncias de maus-tratos.

A idade, gênero, raça, etnia, problemas de saúde e deficiências das crianças são determinantes para a confirmação da denúncia, influenciando as avaliações dos profissionais e refletindo desigualdades no sistema de proteção infantil (Eckenrode et al., 1988; Bingham, Kwon, & Kesner, 2009; Cross & Casanueva, 2009; Cheng & Lo, 2013; Palusci, Vandervort, & Lewis, 2016; Stoddart et al., 2018; Yoo et al., 2018; Holbrook & Hudziak, 2020; De La Sablonnière-Griffin et al., 2021). Raissian et al. (2014) indica que embora a etnia não tenha sido um preditor consistente de envolvimento com o CPS em todas as faixas etárias, diferenças foram observadas (ex:

crianças de cor negra, não hispânicas não apresentaram diferenças significativas em termos de envolvimento com o CPS quando comparadas a crianças brancas, não hispânicas). Sugere-se que essa ausência de diferença significativa possa estar relacionada com a interação de múltiplos fatores que influenciam a decisão de envolvimento do CPS, como o tipo de abuso, o histórico de denúncias anteriores e as características específicas do relatório de abuso (Raissian et al., 2014; Holbrook & Hudziak, 2020). A interação entre estes elementos é complexa e pode diminuir ou aumentar as desigualdades dependendo do contexto.

A saúde física e mental dos progenitores, bem como o consumo de substâncias e álcool, são frequentemente identificados como fatores de risco significativos no aumento da vulnerabilidade das crianças a situações de maus-tratos. A literatura salienta que a presença de problemas de saúde mental e o uso de substâncias podem prejudicar a capacidade dos cuidadores de criar e manter um ambiente seguro e estável para os filhos (e.g., Wolock & Magura, 1996; Cheng & Lo, 2013; Holbrook & Hudziak, 2020), contribuindo para a formação de um ciclo em que as crianças estão mais expostas a riscos de abuso (Fluke et al., 2008; Steenrod & Mirick, 2017; Lightfoot, Zheng, & DeZelar, 2021). Assim sendo, estes fatores criam uma dinâmica em que as necessidades emocionais e físicas das crianças são muitas vezes negligenciadas, o que aumenta a probabilidade de episódios de abuso e compromete o desenvolvimento infantil (Fluke et al., 2008). A literatura ressalta a necessidade de intervenções precoces, como apoio psicológico aos cuidadores e fortalecimento da rede de apoio social, para mitigar os riscos e promover o bem-estar infantil (Cheng & Lo., 2013).

O nosso estudo, na linha de estudos anteriores, revela que diversas variáveis socioeconómicas influenciam a confirmação das denúncias, com contextos socioeconómicos desfavorecidos associados a uma maior probabilidade de confirmação de maus-tratos (Scannapieco & Connell-Carrick., 2005; Dettlaff et al., 2011; Aff et al., 2015; Holbrook & Hudziak, 2020; Pasian, Benitez & Lacharité, 2020). Os estudos de Palusci, Vandervort & Lewis (2016), Kim, Drake & Jonson-Reid (2018), Yoo et al. (2018), por exemplo, relacionam o desemprego, e a localização em áreas de elevada pobreza, com a confirmação das denúncias. A dependência de serviços públicos, como seguro-saúde, também influencia a confirmação das denúncias (Rebbe, Sattler, & Mienko, 2022). Em contrapartida, Smith e Pressley (2019) indicam que, apesar de a pobreza infantil estar associada a maiores taxas de denúncias, não influencia significativamente as taxas de comprovação, sugerindo que as decisões dependem mais

de critérios legais e administrativos do que de fatores contextuais, como pobreza, além de barreiras como subnotificação, sobrecarga dos serviços e possíveis vieses institucionais.

Embora Crouch e colaboradores mencionem que crianças de famílias com situação econômica mais baixa têm maior probabilidade de sofrer negligência em comparação com crianças de famílias com melhor situação económica, também destacam como a pobreza pode ser erroneamente confundida com negligência. Esta afeta fatores como a tensão parental, a falta de recursos e a capacidade de supervisionar os filhos, o que pode levar a práticas parentais ineficazes e, portanto, aumentar o risco de negligência. Quando a pobreza é reduzida, a tensão dos pais diminui, e a qualidade da supervisão e do apoio parental melhora (Crouch et al., 2020). No entanto, muitos casos de maus-tratos infantis ocorrem por gerações, uma vez que os pais tendem a reproduzir o modo como foram educados, sem perceber que foram vítimas de maus-tratos (Pasian, Benitez, & Lacharité, 2020). Assim, os maus-tratos resultam de uma combinação de fatores, incluindo pobreza, stress, saúde mental e falta de apoio social.

O histórico de maus-tratos parece ser um fator relevante para a confirmação de denúncias de abuso infantil. A literatura sugere que relatos anteriores estão associados a uma maior probabilidade de fundamentação (Cheng & Lo, 2013; Cross & Casanueva, 2009; Holbrook & Hudziak, 2020; Shusterman et al., 2022). Uma possível explicação para esta tendência é uma maior vigilância exercida sobre estas famílias, resultado de intervenções prévias ou de uma perceção institucional de risco elevado (Cross & Casanueva, 2009; Holbrook & Hudziak, 2020).

Adicionalmente, experiências adversas de infância vividas por mães agressoras têm sido destacadas como fatores que perpetuam ciclos de maus-tratos (Jedwab et al., 2015; Bartlett et al., 2017). Alguns estudos também apontam para o impacto das hospitalizações frequentes relacionadas a maus-tratos, que reforçam perceções institucionais de risco e podem levar a uma vigilância ainda mais rigorosa (Helton & House, 2019; Cheung et al., 2020).

Embora os resultados da nossa revisão sejam consistentes com a literatura, há necessidade de explorar como estes fatores interagem com políticas de proteção infantil, avaliando se o foco em famílias com histórico pode gerar estigmatização ou até negligenciar outros casos de risco que não possuem histórico documentado (Rebbe, Mienko, & Martinson, 2022; LaBrenz et al., 2023).

O nosso estudo revelou ainda que a composição do agregado influencia a confirmação de denúncias de maus-tratos, com fatores como o número de pessoas na casa e o histórico de investigações anteriores desempenhando um papel significativo (Helton & House, 2019). A literatura (e.g. Eckenrode et al., 1988; Bae, Solomon, & Gelles, 2007; Dettlaff et al., 2011; Aff et al., 2015) corrobora o nosso resultado, sugerindo que o número de filhos tem impacto na confirmação das denúncias de maus-tratos. Saliente-se que um maior número de filhos na casa está associado a uma menor probabilidade de comprometimento funcional (Aff et al., 2015). Por outro lado, famílias monoparentais apresentam um risco significativamente maior de ocorrência de negligência e abuso físico (Bae, Solomon, & Gelles, 2007), o que aumenta a probabilidade de confirmação de denúncias, especialmente quando outras variáveis de risco, como baixa renda, estão presentes (Eckenrode et al., 1988; Dettlaff et al., 2011).

Limitações

É importante reconhecer as limitações deste estudo: (a) a seleção dos estudos foi limitada a uma única base de dados, SCOPUS, excluindo outras fontes relevantes que poderiam enriquecer a análise; (b) a maioria dos estudos analisados é de natureza quantitativa e conduzida nos Estados Unidos.

Conclusão

Nesta revisão sistemática foram destacados fatores cruciais que influenciam a confirmação da denúncia de maus-tratos, revelando que tanto características individuais, nomeadamente a idade, o gênero e a etnia, quanto fatores contextuais, como o histórico e o tipos de maus-tratos, desempenham um papel significativo na investigação e confirmação de denúncias. Ademais, verificou-se que professores, médicos e assistentes sociais são os grupos que mais denunciam.

Estudos futuros poderiam explorar de eu forma os fatores que levam à denúncia evoluíram ao longo do tempo, especialmente considerando mudanças sociais, legislativas e tecnológicas que possam afetar a perceção e a prática da denúncia. Além disso, sugere-se a realização de pesquisas que analisem a eficácia dos sistemas de apoio já existentes, como o aconselhamento jurídico e o apoio psicológico, para avaliar como estes serviços podem aumentar a confiança dos denunciantes e a eficácia das denúncias.

Por fim, o nosso estudo permitiu perceber o papel central da denúncia na interrupção de ciclos de violência., sublinhando a importância do envolvimento de toda

a sociedade na proteção das vítimas e na promoção de uma convivência mais justa e segura.

Referências

Aff, T. O., Taillieu, T., Cheung, K., Katz, L. Y., Tonmyr, L., & Sareen, J. (2015). Substantiated reports of child maltreatment from the Canadian incidence study of reported child abuse and neglect 2008: Examining child and household characteristics and child functional impairment. *The Canadian Journal of Psychiatry*, *60*(7), 315–323. https://doi.org/10.1177/070674371506000704

Alrimawi, I., Saifan, A. R. & AbuRuz, M. (2014). Barriers to child abuse identification and reporting. *Journal of Applied Sciences, 14*(21), 2793–2803. https://doi.org/10.3923/jas.2014.2793.2803

Arruabarrena, I., & De Paúl, J. (2012). Improving accuracy and consistency in child maltreatment severity assessment in child protection services in Spain: New set of criteria to help caseworkers in substantiation decisions. *Children and Youth Services Review, 34*(4), 666–674. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.12.011

Ashoor, L., AlNasir, F., & Grant, N. (2012). Children abuse: Factors affecting case reporting by physicians. *Bahrain Medical Bulletin, 34(3).* https://platform.almanhal.com/Files/Articles/32363

Åstrøm, A. N., Berge, K. G., & Brattabø, I. V. (2021). Reporting suspicion of child maltreatment: A 5-year follow-up of public dental health care workers in Norway. *Acta Odontologica Scandinavica*, *80*(3), 169–176. https://doi.org/10.1080/00016357.2021.1974936

Atiqul Haque, M., Janson, S., Moniruzzaman, S., Rahman, A. K. M. F., Islam, S. S., Mashreky, S. R., & Eriksson, U.-B. (2019). Children's exposure to physical abuse from a child perspective: A population-based study in rural Bangladesh. *PloS One, 14(2)*, e0212428. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0212428

Bae, H.-O., Solomon, P. L., & Gelles, R. J. (2007). Abuse type and substantiation status varying by recurrence. *Children and Youth Services Review, 29*(7), 856–869. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2007.01.002

Baron, E. J., Goldstein, E. G., & Wallace, C. T. (2020). Suffering in silence: How COVID-19 school closures inhibit the reporting of child maltreatment. *Journal of Public Economics,* 190, 104258. https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2020.104258

Bartlett, J. D., Kotake, C., Fauth, R., & Easterbrooks, M. A. (2017). Intergenerational transmission of child abuse and neglect: Do maltreatment type, perpetrator, and substantiation status matter? *Child Abuse & Neglect*, 63, 84–94. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.11.021

Benbenishty, R., Davidson-Arad, B., López, M., Devaney, J., Spratt, T., Koopmans, C., Knorth, E. J., Witteman, C. L. M., Del Valle, J. F., & Hayes, D. (2015). Decision making in child protection: An international comparative study on maltreatment substantiation, risk assessment and interventions recommendations, and the role of professionals' child welfare attitudes. *Child Abuse & Neglect*, 49, 63–75. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.03.015

Bingham, G., Kwon, K., & Kesner, J. (2009). Child Maltreatment in United States: An Examination of Child Reports and Substantiation Rates. *The International Journal of Children's Rights, 17*(3), 433-444. https://doi.org/10.1163/157181809X439437

Brunborg, G. S., Bjørknes, R., & Bang, L. (2024). Personal barriers to reporting child maltreatment among early childhood education and care professionals. *International Journal on Child Maltreatment: Research, Policy and Practice*, *7*(2), 221–240. https://doi.org/10.1007/s42448-023-00190-9

Butlinski, A. K., & Butt, W. W. (2024). Attitudes and responses of Victorian paediatric intensive care doctors to the detection and reporting of child maltreatment. *Journal of Paediatrics and Child Health, 60*(10), 555–560. https://doi.org/10.1111/jpc.16631

Cabrera-Hernández, F., & Padilla-Romo, M. (2020). Hidden violence: How COVID-19 school closures reduced the reporting of child maltreatment. *Latin American Economic Review*, 29, 1–17. https://doi.org/10.47872/laer-2020-29-4s

Cheng, T. C., & Lo, C. C. (2013). Racial disparity in risk factors for substantiation of child maltreatment. *Children and Youth Services Review, 35*(12), 1962–1969. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2013.09.016

Cheung, K., Taillieu, T., Tonmyr, L., Sareen, J., & Afifi, T. O. (2020). Previous reports of child maltreatment from the Canadian Incidence Study (CIS) 2008 of reported child abuse and neglect: An examination of recurrent substantiation and functional impairment. *Children and Youth Services Review,* 108, 104507. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.104507

Coulton, C. J., Korbin, J. E., & Su, M. (1999). Neighborhoods and child maltreatment: a multi-level study. *Child Abuse & Neglect*, *23*(11), 1019–1040. https://doi.org/10.1016/s0145-2134(99)00076-9

Cross, T. P., & Casanueva, C. (2009). Caseworker judgments and substantiation. *Child Maltreatment, 14*(1), 38–52. https://doi.org/10.1177/1077559508318400

Crouch, E., Jones, J., Strompolis, M., & Merrick, M. (2020). Examining the association between ACEs, childhood poverty and neglect, and physical and mental health: Data from two state samples. *Children and Youth Services Review,* 116, 105155. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105155

De La Sablonnière-Griffin, M., Paquette, G., Hélie, S., & Dion, J. (2021). Child maltreatment investigations and substantiations in child protection services: Factors distinguishing children with intellectual disabilities. *Disability and Health Journal, 14*(4), 101128. https://doi.org/10.1016/j.dhjo.2021.101128

Dettlaff, A. J., Rivaux, S. L., Baumann, D. J., Fluke, J. D., Rycraft, J. R., & James, J. (2011). Disentangling substantiation: The influence of race, income, and risk on the substantiation decision in child welfare. *Children and Youth Services Review, 33*(9), 1630–1637. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2011.04.005

Donisch, K., & Briggs, E. C. (2021). Overview of child maltreatment. *Handbook of interpersonal violence and abuse across the lifespan*, 291–317. https://doi.org/10.1007/978-3-319-89999-2_8

Dubowitz, H., Black, M., Starr, R. H., & Zuravin, S. (1993). A conceptual definition of child neglect. *Criminal Justice and Behavior*, *20*(1), 8–26. https://doi.org/10.1177/0093854893020001003

Dynes, M. E., Rasiah, S. S., & Knox, M. (2023). When attitudes become obstacles: An exploratory study of future physicians' concerns about reporting child maltreatment. *Children, 10*(6), 979. https://doi.org/10.3390/children10060979

Eckenrode, J., Powers, J., Doris, J., Munsch, J., & Bolger, N. (1988). Substantiation of child abuse and neglect reports. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 56*(1), 9–16. https://doi.org/10.1037/0022-006X.56.1.9

Falkiner, M., Thomson, D., & Day, A. (2017). Teachers' understanding and practice of mandatory reporting of child maltreatment. *Children Australia*, *42*(1), 38-48. https://doi.org/10.1017/cha.2016.53

Finkelhor, D., Turner, H. A., Shattuck, A., & Hamby, S. L. (2013). Violence, crime, and abuse exposure in a national sample of children and youth: an update. *JAMA Pediatrics*, *167*(7), 614–621. https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2013.42

Fledderjohann, J., & Johnson, D. R. (2012). What predicts the actions taken toward observed child neglect? The influence of community context and bystander

characteristics. *Social Science Quarterly*, *93*(4), 1030–1052. https://doi.org/10.1111/j.1540-6237.2012.00859.x

Fluke, J. D., Shusterman, G. R., Hollinshead, D. M., & Yuan, Y.-Y. T. (2008). Longitudinal analysis of repeated child abuse reporting and victimization: Multistate analysis of associated factors. *Child Maltreatment*, *13*(1), 76–88. https://doi.org/10.1177/1077559507311517

Foster, R. E., Stone, F. P., Linkh, D. J., Besetsny, L. K., Collins, P. S., Saha, T., Thomsen, C. J., Rabenhorst, M. M., & Milner, J. S. (2010). Substantiation of spouse and child maltreatment reports as a function of referral source and maltreatment type. *Military Medicine*, *175*(8), 560–566. https://doi.org/10.7205/MILMED-D-10-00035

Fraser, J. A., Mathews, B., Walsh, K., Chen, L., & Dunne, M. (2010). Factors influencing child abuse and neglect recognition and reporting by nurses: A multivariate analysis. *International Journal of Nursing Studies*, *47*(2), 146–153. https://doi.org/10.1016/j.ijnurstu.2009.05.015

Gandarilla Ocampo, M., Drake, B., Simon, J., & Jonson-Reid, M. (2024). Does a child maltreatment report source predict differences in immediate and subsequent report outcomes? *Child Abuse & Neglect*, 147, 106587. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2023.106587

Gilbert, R., Widom, C. S., Browne, K., Fergusson, D., Webb, E., & Janson, S. (2009). Burden and consequences of child maltreatment in high-income countries. *The Lancet*, *373* (9657), 68 – 81. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673608617067

Golden Guzman, K., Zhang, L., & Simmel, C. (2023). Examining the roles of rurality and Latine ethnic density on child maltreatment report and substantiation rates among Latine families: A county-level analysis. *Journal of Public Child Welfare*, *18*(2), 309–337. https://doi.org/10.1080/15548732.2023.2193555

Guivarch, J. (2024). The child psychiatrist's role with respect to the neglected child. *Annales Médico-Psychologiques, revue psychiatrique*, *182*(4), 388–392. https://doi.org/10.1016/j.amp.2024.01.011

Helton, J. J., & House, N. G. (2019). Children with chronic health conditions and maltreatment re-report. *Children and Youth Services Review*, 105, 104412. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.104412

Hoefnagels, C., & Zwikker, M. (2001). The bystander dilemma and child abuse: Extending the Latane and Darley model to domestic violence. *Journal of Applied Social Psychology, 31*(6), 1158–1183. https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2001.tb02668.x

Holbrook, H. M., & Hudziak, J. J. (2020). Risk factors that predict longitudinal patterns of substantiated and unsubstantiated maltreatment reports. *Child Abuse & Neglect*, 99, 104279. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104279

Hong, Q. N., Fàbregues, S., Bartlett, G., Boardman, F., Cargo, M., Dagenais, P., Gagnon, M.-P., Griffiths, F., Nicolau, B., O'Cathain, A., Rousseau, M.-C., Vedel, I., & Pluye, P. (2018). The Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT) version 2018 for information professionals and researchers. *Education for Information, 34*(4), 285–291. https://doi.org/10.3233/EFI-180221

Jaffee, S. R., Caspi, A., Moffitt, T. E., Polo-Tomás, M., & Taylor, A**.** (2007). Individual, family, and neighborhood factors distinguish resilient from non-resilient maltreated children: A cumulative stressors model. *Child Abuse & Neglect, 31*(3), 231–253. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.03.011

Jedwab, M., Benbenishty, R., Chen, W., Glasser, S., Siegal, G., & Lerner-Geva, L. (2015). Child protection decisions to substantiate hospital child protection teams' reports of suspected maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 40, 132–141. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.11.006

Kellogg, N. D., Farst, K. J., & Adams, J. A. (2023). Interpretation of medical findings in suspected child sexual abuse: An update for 2023. *Child Abuse & Neglect*, 145, 106283. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2023.106283

Kim, H., Drake, B., & Jonson-Reid, M. (2018). An examination of class-based visibility bias in national child maltreatment reporting. *Children and Youth Services Review*, 85, 165–173. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2017.12.019

Korbin, J. E., & Coulton, C. J. (1996). The role of neighbors and the government in neighborhood-based child protection. *Journal of Social Issues, 52*(3), 163–176. https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1996.tb01584.x

Krase, K. S., & DeLong-Hamilton, T. A. (2015). Comparing reports of suspected child maltreatment in states with and without universal mandated reporting. *Children and Youth Services Review*, 50, 96–100. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2015.01.015

Kuruppu, J., Humphreys, C., McKibbin, G., & Hegarty, K. (2023). Navigating the grey zone in the response to child abuse and neglect in primary healthcare settings. *Children*

and Youth Services Review, 150, 107029. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2023.107029

LaBrenz, C., Kim, Y., Baiden, P., Shipe, S. L., Littleton, T., Choi, M., Bai, R., & Stargel, L. (2023). State child maltreatment policies and disparities in substantiation: A study of state-administered child welfare systems in the U.S. *Child Maltreatment, 28*(4), 700–712. https://doi.org/10.1177/10775595221143136

Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P., ... & Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: explanation and elaboration. *Journal of Clinical Epidemiology, 62*(10), e1-e34

Lightfoot, E., Zheng, M., & DeZelar, S. (2021). Substantiation of child maltreatment among parents with disabilities in the United States. *Journal of Public Child Welfare, 15*(5), 583–596. https://doi.org/10.1080/15548732.2020.1773369

Lupariello, F., Coppo, E., Cavecchia, I., Bosco, C., Bonaccurso, L., Urbino, A., & Di Vella, G. (2020). Differential diagnosis between physical maltreatment and cupping practices in a suspected child abuse case. *Forensic Science, Medicine, and Pathology, 16*(1), 188–190. https://doi.org/10.1007/s12024-019-00155-w

Lynne, E. G., Gifford, E. J., Evans, K. E., & Rosch, J. B. (2015). Barriers to reporting child maltreatment: do emergency medical services professionals fully understand their role as mandatory reporters? *North Carolina Medical Journal, 76*(1), 13–18 https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25621471/

Maguire-Jack, K., & Kim, H. (2021). Rural differences in child maltreatment reports, reporters, and service responses. *Children and Youth Services Review,* 120, 105792. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105792

Mathews, B. (2014). Mandatory reporting laws and identification of child abuse and neglect: Consideration of differential maltreatment types, and a cross-jurisdictional analysis of child sexual abuse reports. *Social Sciences, 3*(3), 460–482. https://doi.org/10.3390/socsci3030460

Mathews, B., & Kenny, M. C. (2008). Mandatory reporting legislation in the United States, Canada, and Australia: A cross-jurisdictional review of key features, differences, and issues. *Child Maltreatment, 13*(1), 50–63. https://doi.org/10.1177/1077559507310613

Milidou, I., Merrild, C. H., Frost, L., Charles, A. V., Kjeldsen, H. C., & Søndergaard, C. (2023). Suspicion of child maltreatment: Knowledge and experiences with mandatory

reports to social services among general practitioners in Denmark in 2019–20. *Child Abuse & Neglect*, 139, 106132. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2023.106132

Palusci, V. J., Vandervort, F. E., & Lewis, J. M. (2016). Does changing mandated reporting laws improve child maltreatment reporting in large U.S. counties? *Children and Youth Services Review*, 66, 170–179. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.05.002

Pasian, M. S., Benitez, P., & Lacharité, C. (2020). Child neglect and poverty: A Brazilian study. *Children and Youth Services Review*, 108, 104655. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.104655

Pasian, M. S., Faleiros, J. M., Bazon, M. R., & Lacharité, C. (2013). Negligência infantil: a modalidade mais recorrente de maus-tratos. *Pensando famílias*, *17*(2), 61–70. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000200005

Piersiak, H. A., Levi, B. H., & Humphreys, K. L. (2023). Statutory threshold wording is associated with child maltreatment reporting. *Child Maltreatment*, *28*(3), 517–526. https://doi.org/10.1177/10775595221092961

Price, H. L., & Kehn, A. (2023). Potential reporters of suspected child maltreatment are sensitive to the amount of evidence and the potential consequences of reporting. *Journal of Interpersonal Violence*, *38*(1–2), 391–417. https://doi.org/10.1177/08862605221081934

Puls, H. T., Hall, M., Frazier, T., Schultz, K., & Anderst, J. D. (2021). Association of routine school closures with child maltreatment reporting and substantiation in the United States: 2010–2017. *Child Abuse & Neglect*, 120, 105257. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105257

Raissian, K. M., Dierkhising, C. B., Geiger, J. M., & Schelbe, L. (2014). Child maltreatment reporting patterns and predictors of substantiation: Comparing adolescents and younger children. *Child Maltreatment*, *19*(1), 3–16. https://doi.org/10.1177/1077559513518096

Rapoport, E., Reisert, H., Schoeman, E., & Adesman, A. (2021). Reporting of child maltreatment during the SARS-CoV-2 pandemic in New York City from March to May 2020. *Child Abuse & Neglect*, 116, 104719. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104719

Rebbe, R. (2018). What is neglect? State legal definitions in the United States. *Child Maltreatment*, *23*(3), 303–315. https://doi.org/10.1177/1077559518767337

Rebbe, R., Eastman, A. L., Adhia, A., Foust, R., & Putnam-Hornstein, E. (2021). Co-reporting of child maltreatment and intimate partner violence: The likelihood of substantiations and foster care placements. *Child Maltreatment, 26*(4), 431–440. https://doi.org/10.1177/10775595211007205

Rebbe, R., Mienko, J. A., & Martinson, M. L. (2022). Reports and removals of child maltreatment-related hospitalizations: A population-based study. *Child Maltreatment, 27*(2), 235–245. https://doi.org/10.1177/1077559520984549

Rebbe, R., Sattler, K. M. P., & Mienko, J. A. (2022). The association of race, ethnicity, and poverty with child maltreatment reporting. *Pediatrics, 150*(2), e2021053346. https://doi.org/10.1542/peds.2021-053346

Saitadze, I., & Dvalishvili, D. (2024). Protective role of informal social support and early childhood programs in reducing likelihood of subsequent reports of child maltreatment. *Child Abuse & Neglect, 149*, 106702. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2024.106702

Scannapieco, M., & Connell-Carrick, K. (2005). Focus on the first years: Correlates of substantiation of child maltreatment for families with children 0 to 4. Children and Youth Services Review, 27(12), 1307–1323. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2005.01.005

Shusterman, G. R., Fluke, J. D., Nunez, J. J., Fettig, N. B., & Kebede, B. K. (2022). Child maltreatment reporting during the initial weeks of COVID-19 in the US: Findings from NCANDS. *Child Abuse & Neglect*, 134, 105929. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105929

Silva Lorente, I., & Escribano Barreno, C. (2024). Estudio exploratorio sobre el conocimiento y sensibilidad ante el maltrato infantil. *Revista electronica de investigacion psicoeducativa [Electronic journal of research in educational psychology], 22*(62), 77–102. https://doi.org/10.25115/ejrep.v22i62.8712

Silva-Oliveira, F., Ferreira, R. C., Alencar, G. P., Ferreira, E. F., & Zarzar, P. M. (2020). Reporting of child physical abuse by a group of Brazilian primary care health professionals and associated factors. *Child Abuse & Neglect*, 107, 104571. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104571

Smith, B. D., & Pressley, T. D. (2019). Do surprisingly low child maltreatment rates in rural southern counties reflect lower rates of substantiation? *Children and Youth Services Review*, 107, 104493. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.104493

Snyder-Fickler, E., Alban, C., Liu, Y., Rohrs, R., Blessing, L., Longenecker, T. C., Sotolongo, E. M., Byrd, J., Golonka, M., Evans, K., Hurst, J., & Gifford, E. J. (2023).

What do child maltreatment reports to child protective services tell us about the needs families and communities are experiencing? *Children and Youth Services Review*, 155, 107198. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2023.107198

Soh, H. T., Bhurawala, H., Poulton, A., Liu, A., Cush, K., Griffiths, G., & Gandham, S. (2023). Barriers to identification and reporting of child abuse and neglect experienced by medical officers and nursing staff in emergency departments of the Nepean Blue Mountains Local Health District. *Emergency Medicine Australasia, 35*(6), 921–926. https://doi.org/10.1111/1742-6723.14256

Sperry, D. M., & Widom, C. S. (2013). Child abuse and neglect, social support, and psychopathology in adulthood: A prospective investigation. *Child Abuse & Neglect, 37*(6), 415–425. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2013.02.006

Spilsbury, J. C., Dalton, J. E., Haas, B. M., & Korbin, J. E. (2022). "A rising tide floats all boats": The role of neighborhood collective efficacy in responding to child maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 124, 105461. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105461

Steenrod, S., & Mirick, R. (2017). Substance use disorders and referral to treatment in substantiated cases of child maltreatment. *Child & Family Social Work, 22*(3), 1141–1150. https://doi.org/10.1111/cfs.12331

Stoddart, J. K., Fallon, B., Trocmé, N., & Fluke, J. (2018). Substantiated Child Maltreatment: Which factors do workers focus on when making this critical decision? *Children and Youth Services Review*, 87, 1–8. https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.01.018

Stoltenborgh, M., Bakermans-Kranenburg, M. J., Alink, L. R. A., & van IJzendoorn, M. H. (2015). The Prevalence of Child Maltreatment across the Globe: Review of a series of meta-analyses. *Child Abuse Review, 24*(1), 37–50. https://doi.org/10.1002/car.2353

Tiyyagura, G., Gawel, M., Koziel, J. R., Asnes, A., & Bechtel, K. (2015). Barriers and facilitators to detecting child abuse and neglect in general emergency departments. *Annals of Emergency Medicine*, *66*(5), 447–454. https://doi.org/10.1016/j.annemergmed.2015.06.020

Vollmer-Sandholm, M. J., Myhre, A. K., Albæk, A. U., & Stray-Pedersen, A. (2024). Child maltreatment: To report or not to report? It's more complex than that. *International Journal on Child Maltreatment: Research, Policy and Practice*, 7, 529–551. https://doi.org/10.1007/s42448-024-00212-0

Weegar, K., & Romano, E. (2019). Child maltreatment knowledge and responses among teachers: A training needs assessment. *School Mental Health, 11*(4), 741–753. https://doi.org/10.1007/s12310-019-09317-1

Wilson, I. A., & Lee, J. (2021). Barriers and facilitators associated with child abuse and neglect reporting among child care professionals: A systematic review. *Journal of Psychosocial Nursing and Mental Health Services, 59*(6), 14–22. https://doi.org/10.3928/02793695-20210324-01

Wolf, J. P., Baiocchi, A., & Argüello, T. (2018). Child maltreatment reporting in the general population: Examining the roles of community, collective efficacy, and adverse childhood experiences. *Child Abuse & Neglect*, 82, 201–209. https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.06.003

Wolock, I., & Magura, S. (1996). Parental substance abuse as a predictor of child maltreatment re-reports. *Child Abuse & Neglect, 20*(12), 1183–1193. https://doi.org/10.1016/s0145-2134(96)00114-7

Yoo, J. P., Kim, S., Lee, B. J., Lee, S.-G., Chin, M., Kim, H.-S., & Jang, H. J. (2018). Recurrence of child maltreatment substantiation: Findings from the administrative data of South Korea's National Child Protection Agency. *Asia Pacific Journal of Social Work, 28*(4), 205–220. https://doi.org/10.1080/02185385.2018.1491322